

TRABALHANDO QUESTÕES DE GÊNEROS: Criando e recriando currículos para a valorização do feminino

Denize Sepulveda¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

José Antonio Sepulveda²

Universidade Federal Fluminense

RESUMO

A intenção deste artigo é discutir e apresentar uma proposta pedagógica que se orienta contra o machismo e a misoginia. Para isso, desenvolve-se uma argumentação que destaca o caráter conservador da atual sociedade brasileira, o qual se encontra em um processo de ascensão, tendo contribuído com a vitória do candidato da extrema direita na eleição presidencial do país em 2018. A postura conservadora do presidente pode ser observada neste trabalho a partir de exemplificações marcadas por afirmações machistas e misóginas proferidas por ele. Para discutir conservadorismo, utilizou-se como referência Mannheim (1959), Löwy (2000) e Netto (2011). Assim, optou-se por utilizar a metodologia nos/dos/com os cotidianos. O texto foi construído tendo como referência a aposta de Pascal, desenvolvida por Santos (2010), que entende que é possível se apostar na construção de um mundo melhor. Na elaboração de tal argumentação foi apresentado o quadro atual da violência contra mulher. Desse modo, justifica-se a importância de se ter uma proposta pedagógica embasada em um currículo não machista, apresentado no final do texto, permitindo ainda acreditar que é possível se construir um mundo melhor.

Palavras-chave: machismo; conservadorismo; feminismo.

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGedu) da UERJ/FFP. E-mail: denizesepulveda@hotmail.com

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, história, política e políticas educacionais. E-mail: jamsepulveda3@hotmail.com

WORKING ON GENDER ISSUES: Creating and recruiting curriculums for female valorization

ABSTRACT

The intention of this article is to discuss and present a pedagogical proposal that is oriented against sexism and misogyny. For this, we developed an argument that highlights the conservative character of the current Brazilian society, in a process of ascent that culminated in the victory of the extreme right candidate in the presidential election of the country in 2018. We exemplify with some sexist and misogynist affirmations of the president of Brazil its conservative stance. In order to discuss conservatism, we use Mannheim (1959), Löwy (2000) and Netto (2011) as a reference. For this, we chose to use the methodology with/from/within the daily. The text was constructed with reference to Pascal's bet, developed by Santos (2010), who understands that it is possible to bet on the construction of a better world. In the elaboration of such an argument, the current picture of violence against women in the country was presented to justify the importance of the pedagogical proposal of a non-sexist curriculum presented at the end of the text, and also allows us to believe that it is possible to build a better world.

Keywords: sexism; conservatism; feminism.

TRABAJANDO CUESTIONES DE GÉNEROS: Crear y reciclar currículos para la valorización del femenino

RESUMEN

La intención de este artículo es discutir y presentar una propuesta pedagógica que se orienta contra el machismo y la misoginia. Para ello, desarrollamos una argumentación que destaca el carácter conservador de la actual sociedad brasileña, en un proceso de ascensión que culminó con la victoria del candidato de la extrema derecha en la elección presidencial del país en 2018. Exemplificamos con algunas afirmaciones machistas y misóginas del presidente de Brasil su postura conservadora. Para discutir el conservadurismo utilizamos como referencia Mannheim (1959), Löwy (2000) y Netto (2011). Para ello, optamos por utilizar la metodología en los/los/as cotidianos. El texto fue construido teniendo como referencia la apuesta de Pascal, desarrollada por Santos (2010), que entiende que es posible apostar por la construcción de un mundo mejor. En la elaboración de tal argumentación se presentó el cuadro actual de la violencia contra la mujer, hoy en el país, para justificar la importancia de la propuesta pedagógica de un currículo no machista presentado al final del texto, permitiendo aún creer que es posible construir un mundo mejor.

Palabras clave: machismo; conservadurismo; feminismo.

1 Introdução

Vivemos em um tempo cujas iniquidades, tiranias e injustiças não causam mais a indignação moral e a vontade política necessárias para combatê-las de outrora. O ódio e a violência estão imperando e são disseminados pelo tecido social sem o menor constrangimento, em um contexto em que muitas pessoas parecem não querer uma sociedade mais justa e mais digna.

Como diz Boaventura de Sousa Santos (2013), a gramática dos Direitos Humanos e da dignidade humana nunca foi tão atacada. Esse cenário mostra-se preocupante uma vez que os grupos sociais oprimidos precisam desses direitos para garantir sua sobrevivência e diminuir seu sofrimento. Apesar disso, vemos aumentar não só no Brasil, mas em outras partes do mundo o neocolonialismo, o racismo, a misoginia, a xenofobia a lgbtfofia e tantos outros discursos preconceituosos, assim como práticas discriminatórias e violências contra a vida humana, em especial, as mulheres.

Segundo Amaro (2018), no Brasil a violência contra a mulher ganhou visibilidade, pois entre 2005 e 2015, 4.621 mulheres foram assassinadas. Torna-se significativo dizer que neste contexto houve um crescimento de 22% nos números de mortes das mulheres negras e uma redução entre as mulheres não negras, de 7,4%.

Na realidade brasileira, verificamos o aumento do feminicídio nos três primeiros meses do ano de 2019, ou seja, identificou-se a ampliação da perseguição e do assassinato intencional de mulheres pelo simples fato de serem mulheres. Esse tipo de comportamento pode se dar também por meio de agressões verbais, psicológicas e violências físicas, como o estupro ou a sua tentativa; neste último caso, há uma significativa incidência de a violência acontecer dentro da própria casa da vítima, praticada por companheiros, maridos, pais ou conhecidos. Trata-se de crime de ódio contra as pessoas do gênero feminino e contra tudo que esteja relacionado a elas.

A dualidade convencional entre a vida pública e vida doméstica contribuiu para impedir a tematização da violência doméstica e do estupro no casamento. A primeira foi, por muito tempo,

tida como um problema particular e, em forte medida, naturalizada como parte constitutiva da relação esperada entre homens e mulheres. O estupro no casamento, por sua vez, até recentemente foi visto como impossibilidade lógica, uma vez que o direito ao corpo da mulher era entendido como algo que é transferido para o marido no momento do casamento. Um dos efeitos desse “pertencimento”, que é, simultaneamente, uma localização (na esfera doméstica) e uma subordinação (ao marido ou, antes dele, ao pai), é que em sociedades nas quais prevalecem práticas misóginas, a mulher é alvo de violência tanto na esfera doméstica quanto fora dela, quando esses laços “protetores” não são reconhecidos. O risco existe em graus variados, dependendo da região do globo, do país e mesmo da localização (territorial e social) dentro de países determinados. Ainda assim, a ameaça difusa que a violência sexual representa para as mulheres pode ser pensada como um dos aspectos que as definem como um grupo social distinto dos homens. (BANDEIRA, 2009, *apud* BIROLI, 2014, p. 42-43).

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) demonstrou ampla apreensão quanto ao grande número de homicídios de mulheres no Brasil no começo deste ano de 2019. De acordo com a referida comissão, 126 mulheres foram mortas no país devido ao gênero, menciona também o registro de 67 tentativas de homicídios (BOND, 2019).

A CIDH enfatiza que os assassinatos de mulheres não se tratam de um problema isolado e são sintomas de um padrão de violência de gênero contra elas em todo o país, resultado de valores machistas profundamente arraigados na sociedade brasileira”, diz a nota. (BOND, 2019, s/p).

O machismo está intrinsecamente ligado à cultura patriarcal presente em muitas sociedades. Tal cultura é desenvolvida no interior de um sistema social em que homens adultos mantêm o controle, o poder e a liderança política. Por esse motivo possuem a autoridade moral, gozam de privilégios e têm o controle das propriedades.

No domínio da família, o pai (ou figura paterna) mantém a autoridade sobre as mulheres e as crianças. Historicamente, o patriarcado tem-se manifestado na organização social, legal, política e econômica de uma gama de diferentes culturas. A cultura patriarcal desenvolveu um discurso no qual a

mulher é naturalmente inferior ao homem, sendo considerada o reflexo da natureza diferenciada entre eles e, por isso, não pode ter os mesmos direitos.

A desigualdade entre homens e mulheres é um traço presente na maioria das sociedades, se não em todas. Na maior parte da história, essa desigualdade não foi camuflada nem escamoteada; pelo contrário, foi assumida como um reflexo da natureza diferenciada dos dois sexos e necessária para a sobrevivência e o progresso da espécie. (MIGUEL, 2014, p. 17).

O machismo é o comportamento, expresso por opiniões e atitudes, de um indivíduo que recusa a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros sexuais, favorecendo e enaltecendo o sexo masculino sobre o feminino. Portanto, o machista é o indivíduo que exerce o machismo. Em um pensamento machista existe um sistema hierárquico de gêneros, onde o masculino está sempre em posição superior ao feminino. Ou seja, o machismo é a ideia errônea de que os homens são "superiores" às mulheres.

A ideologia do machismo está impregnada nas raízes culturais da sociedade burguesa ocidental há séculos, tanto no sistema econômico e político mundial, como nas religiões, na mídia e no núcleo família, este último apoiado em um regime patriarcal, onde a figura masculina representa a liderança. Nesse cenário, a mulher encontra-se num estado de submissão ao homem, perdendo o seu direito de livre expressão ou sendo forçada pela sociedade machista a servir e assistir as vontades do marido ou do pai, caracterizando um tradicional regime patriarcal.

Por isso, na teoria política produzida nas últimas décadas, a contribuição do feminismo se mostrou crucial. O debate sobre a dominação masculina nas sociedades contemporâneas - ou o "patriarcado", (...) abriu portas para tematizar, questionar e complexificar as categorias centrais por meio das quais era pensado o universo da política, tais como as noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia. Não é mais possível discutir a teoria política ignorando ou relegando às margens a teoria feminista, que, nesse sentido, é um pensamento que parte das questões de gêneros, mas vai além delas, reorientando todos os nossos valores e critérios de análise. (MIGUEL, 2014, p. 17).

Destarte, é importante enfatizar que o machismo além de estar na base da cultura patriarcal é realimentado também pelo pensamento conservador; nesse sentido, quanto mais conservadora fora sociedade, mais a cultura patriarcal se fortalece. Assim, torna-se necessário compreender o que vem a ser o conservadorismo.

2 O conservadorismo

Estamos vivendo “tempos conservadores” (CUEVA, 1989). Entendemos conservadorismo seguindo uma análise que tem como referência as obras de Mannhein (1959) e Löwy (2000). Nessa linha, o conservadorismo é uma das muitas visões de mundo que está em disputa na cultura (THOMPSON, 2012). Por isso, o conservadorismo é um termo historicamente construído que tem como retórica principal a tese de que todxs³ são diferentes e que a desigualdade social é também natural. A visão conservadora de mundo se posiciona de forma ativa contra as lutas sociais por igualdade. Dessa forma, alguns grupos sociais são vítimas do ódio, do preconceito e da violência, como é o caso das mulheres.

No Brasil, desde o processo pré-eleitoral de 2014, que culminou com a eleição de Dilma Rousseff para seu segundo mandato à presidência da República, sentimos que uma parte da sociedade brasileira rumou para a direita, de modo que “o pensamento conservador ganhou um fôlego aparentemente assombroso.” (NETTO, 2011, p. 16).

Entendemos o conservadorismo como uma visão social de mundo (LOWY, 2000) cujo discurso se baseia no estilo de pensamento que Mannhein (1959) chama de conservador e que

³O uso do “X” nas palavras, do ponto de vista linguístico e gramatical, é uma forma de usar uma linguagem escrita que expresse maior igualdade entre homens e mulheres. A língua portuguesa determina que o plural dos substantivos deva usar o gênero no masculino. Essa generalização do plural é considerada sexista e machista por certos grupos e indivíduos, resultando assim em propostas por um gênero plural não sexista a ser adotado em Português. O uso do “X” é uma tentativa de, no âmbito da escrita, tornar a língua mais democrática. Segundo PERROT (2019, p.21) a linguagem, a gramática, contribui para o apagamento das mulheres na história, pois quando “há a mistura de gêneros, usa-se o masculino o plural: *elas* dissimulam *elas*”.

tem como um dos seus pilares a tradição. Sendo assim, o discurso conservador se fundamenta no tradicionalismo inventado, conforme perspectiva desenvolvida por Hobsbawn (1997), para construir uma agenda política que se baseia na desigualdade social. Com efeito, o conservadorismo é a face autoritária do senso comum que alimenta o fascismo, a xenofobia, o machismo, o racismo, a LGBTfobia e, principalmente, o ódio aos pobres e indefesos. O conservadorismo se alimenta das crises políticas, econômicas, apontando para o “bandido”, o qual identifica como a ‘esquerda’, normalmente chamada de comunista, revolucionária, progressista, baderneira, entre outros adjetivos. (SEPULVEDA & SEPULVEDA, 2018, p. 50).

O final do primeiro mandato presidencial de Dilma Rousseff foi marcado pelo crescimento dos pensamentos conservadores, o que se intensificou durante a pré-campanha presidencial do ano de 2018. O candidato que ganhou o pleito eleitoral alimentou um discurso contra as conquistas sociais feitas por grupos minoritários ocorridas nas primeiras décadas do século XXI, mais especificamente nos dois primeiros governos de Luis Inácio Lula da Silva, principalmente aquelas que se referem a direitos sexuais e reprodutivos, colocando as questões de gêneros e sexualidades no centro do foco dos conservadores.

O atual presidente do Brasil nunca escondeu seu pensamento conservador e seu machismo com relação às mulheres. Ainda como deputado no ano de 2003, dirigiu, nos corredores da Câmara, diante de vários jornalistas, para a também deputada Maria do Rosário, do Partido dos Trabalhadores (PT), a seguinte frase: **“Eu jamais ia estuprar você porque você não merece”** (CARTA CAPITAL 2, de abril de 2019⁴). Posteriormente, em 2014, repetiu a mesma elocução, dessa vez na tribuna da casa.

Em esclarecimento ao jornal *Zero Hora* na época, Bolsonaro disse que a colega “não merece (ser estuprada) porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria”. Em 2015, o então deputado foi condenado a pagar uma indenização de 10 mil reais à parlamentar petista por danos morais. Em relação ao mesmo caso, ele é réu no Supremo Tribunal Federal (STF)

⁴ Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acessado em 02/04/2019.

por prática de apologia ao crime e injúria. (**CARTA CAPITAL, 2 de abril de 2019**).

Em suma, o conservadorismo é uma categoria histórica, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo. Conhecemos o conservadorismo porque as pessoas se comportam de forma conservadora. Esse processo histórico gera certa regularidade de argumentos para situações análogas, o que nos permite observar o desenvolvimento de uma cultura conservadora. A história é marcada por disputas, em especial por aquilo que se vinculou chamar de “luta de classes”. O conservadorismo é um elemento ideológico que constrói verdade, portanto opera por regimes de verdade (FOUCAULT, 2006), por isso não é exclusivo de nenhuma classe social. Mais precisamente, na disputa por poder que ocorre no campo da cultura, o conservadorismo é um importante elemento na construção dos interesses de classe e de sua consciência. Em tal processo não estão em disputa somente as condições materiais de sobrevivência, estão também as condições simbólicas, compostas por diversas argumentações de diferentes naturezas (SEPULVEDA & SEPULVEDA, 2018).

No ano de 2014, em entrevista ao jornal Zero Hora, Bolsonaro disse: **“Por isso o cara paga menos para a mulher (porque ela engravida)”**. Ele insinuou que o Brasil tem muitos direitos trabalhistas e, por esse motivo, é uma “desgraça ser patrão no nosso país. Quando [a mulher] voltar [da licença-maternidade], vai ter mais um mês de férias. Então, no ano, ela vai trabalhar cinco meses. Quem vai pagar a conta? É o empregador.” (**CARTA CAPITAL, 2 de abril de 2019**). Essa fala evidência uma posição conservadora e machista de que a mulher não deve ir para o mundo do trabalho, não deve ir para o espaço público ocupado pelos homens, a mulher deve ficar no espaço privado do lar para cuidar dos filhos.

Certamente, a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada e inteira sacrifício implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual. Esta desvalorização é imensa porque parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido. (...). (RAGO, 2014, p. 91).

A exclusão da mulher do espaço público está baseada no sexismo, sendo esta uma discriminação feita através do gênero que, em maioria, atinge mulheres e em casos extremos pode estimular diversos tipos de violência. Nesse sentido, é possível perceber que foi construída toda uma “argumentação” de que a mulher não devia compartilhar as mesmas experiências, oportunidades e espaços do homem. A exclusão é um processo sócio-histórico e está presente na história da humanidade desde o princípio dos tempos. Na antiguidade, xs estrangeirxs, mulheres, crianças e escravxs passavam por efetivos processos de exclusão. Na Idade Média, xs servxs, mulheres e crianças, também sofriam os augúrios desses procedimentos. Na Idade Moderna, xs camponesxs, xs indígenxs, negrxs, trabalhadorxs, mulheres, judias e judeus padeceram o infortúnio da exclusão (SEPULVEDA, 2012, p. 54).

As diferenças e as desigualdades são construídas nas relações de poder, e é justamente no exercício delas que se teceram, ao longo da história, a visão de que mulheres e homens são diferentes. Todavia, essa diferença foi arquitetada como inferioridade, ou seja, as mulheres são seres naturalmente inferiores aos homens, estes sim vistos como superiores. A raiz da alegação social da diferenciação dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens parte justamente da questão da naturalização entre os dois sexos

No ano de 2016, Bolsonaro repetiu em entrevista ao programa Superpop, da RedeTV, que “não empregaria [homens e mulheres] com o mesmo salário”. “Mas tem muita mulher que é competente.” (Carta Capital, 2 de abril de 2019). Tal pensamento evidencia o sentimento de superioridade que ele tem, enquanto homem, em relação à mulher, característica básica de um machista que possui o pensamento político conservador. Esse tipo de pensamento produz as hierarquizações, responsáveis pelas construções das inferiorizações e dos preconceitos, levando muitas mulheres a vivenciarem situações de subalternidade.

Por último, não podemos deixar de mencionar a frase dita por ele no Clube Hebraica, ao se referir a sua filha, no mês de em abril de 2017, na cidade do Rio de Janeiro, quando já tinha se lançado como possível candidato à

presidência da República: “Foram quatro homens. Na quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”. Essa afirmação sinaliza o quanto o presidente considera o homem superior a mulher, já que sua filha, por ser mulher, foi fruto de uma fraquejada, o que demonstra mais uma vez a hierarquia presente entre o feminino e o masculino, e a naturalização entre as desigualdades sociais a partir da diferenciação dos sexos.

Conforme dito acima, o estilo de pensamento conservador se manifesta através de discursos, efetivamente a partir de regimes de verdade (FOUCAULT, 2006). Dessa forma, um dos elementos basilares para xs conservadorxs é a interdição (FOUCAULT, 1996) dos argumentos que fortalecem os direitos sociais e humanos. O ponto principal dos conservadorismos, ou seja, aquilo que nos faz identificar os pensamentos conservadores, é a naturalização das desigualdades sociais, em especial a desigualdade de classes.

Os juízos conservadores operam a partir da manipulação utilitarista do conceito de diferença social, pois entendem que se todxs somos diferentes nada mais justo que a sociedade seja desigual. Dessa forma, a luta dxs conservadorxs é naturalizar todas as desigualdades existentes na sociedade e interditar todos os discursos e práticas que defendem a luta pela igualdade e a superação da sociedade de classes. Por isso, os grandes inimigos dos conservadorismos contemporâneos são os movimentos sociais que lutam por direitos.

A política institucional brasileira vem acedendo as pautas conservadoras, tendo como base objetivos moralizantes, normativos e desqualificadores de determinados grupos sociais, entre esses o de mulheres, o que vem influenciando no aumento das violências contra esse grupo, culminando muitas vezes no feminicídio. Essas práticas de desvalorização das mulheres estão cada vez mais presentes nas escolas e por isso é necessário que as discussões sobre as questões de gêneros se façam também nessas instituições. As meninas e as jovens precisam se sentir valorizadas, pois são ainda mais vulneráveis em relação às desigualdades instituídas pelo pensamento conservador.

O crescimento de movimentos políticos conservadores, como o “Escola Sem Partido” (ESP), que tentam impedir que as discussões de gêneros ocorram

nas instituições escolares, sob alegação de que essas estão destruindo a tradicional família brasileira, assim como xs professorxs estariam doutrinando xs alunxs nas instituições educacionais ensinando-xs a serem esquerdistas, evidenciam exemplos de tais pautas. Vale mencionar ainda que essas práticas encontraram apoio em grupos fundamentalistas religiosos, em especial, de uma determinada perspectiva evangélica.

No último processo eleitoral de 2018, os grupos fundamentalistas ganharam muito espaço no congresso nacional, aumentando a pressão pelo Projeto Escola sem Partido, que tem origem no ano de 2004, pelo advogado paulista Miguel Nagib, com o objetivo de acabar com uma pretensa doutrinação nas escolas.

Uma das principais reivindicações do ESP é o fim da “doutrinação política e ideológica” nas salas de aulas. E isso apenas será possível com a garantia de uma educação “neutra”, com “liberdade de consciência”, respeito à “convicção moral” da família e proteção de crianças e jovens - que ainda são “vulneráveis” e, por isso, podem ser influenciadas (ou doutrinadas) pelos professores. Para respaldar o que propõe, o movimento “invoca a Convenção Americana sobre Direitos Humanos para sustentar o direito dos pais a que seus filhos recebam ‘a Educação Religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções’” (RATIER, 2016, p. 35). (...) Para acabar com o que chamam de “doutrinação” nas salas de aula, uma das principais apostas do movimento tem sido a mobilização de parlamentares para que protocolem Projetos de Leis (PL) “Escola Sem Partido” em diversas Casas Legislativas - municipais, estaduais e federal. (REIS, 2018, p. 84).

Vale lembrar ainda que tal projeto ganhou força quando se aproximou do discurso da chamada “ideologia de gênero”.

(...) o ponto de virada para o crescimento do ESP [se deu] a partir do momento em que assumiu a pauta de combate à *ideologia de gênero* e aos debates sobre diversidade sexual durante as discussões dos Planos de Educação - principalmente nos anos de 2014 e 2015, quando o movimento passou a contar com o apoio fundamental de políticos que se localizam no espectro político da direita e da extrema direita, bem como de outros que compõem a bancada religiosa fundamentalista. (REIS, 2018, p. 83).

Mas o que significa essa “ideologia”?

Parece que seus criadores se baseiam em dois livros para compor essa narrativa chamada “ideologia de gênero”: primeiro, no livro de Dale O’Leary, intitulado *Agenda de gênero*, de 1996. O’Leary é uma militante pró-vida que participou das Conferências da ONU (do Cairo em 1994 e de Pequim em 1995) como delegada. Ela faz um relato dessas conferências, descreve, sob o seu ponto de vista a ação das feministas em apresentar o conceito gênero e como, a partir dali, a ONU assume a chamada perspectiva de gênero para as políticas públicas sobre os direitos das mulheres. O outro referencial usado na construção dessa narrativa é o livro de Jorge Scala, cuja primeira edição é intitulada *Ideologia de gênero: o gênero como ferramenta de poder*, de 2010, que no Brasil, curiosamente, é intitulado *Ideologia de gênero - o neototalitarismo e a morte da família*, de 2015. O autor é um advogado argentino, conhecido defensor de causas antiaborto e contra os direitos das mulheres, membro do movimento pró-vida, que apresenta uma série de interpretações dos estudos de gênero, extremamente problemáticas e convenientemente articuladas para desqualificar tais estudos e apresentá-los como danosos para a sociedade. (FURLANI, 2016, p.2).

A partir das ações desenvolvidas pelo ESP, uma verdadeira caça às bruxas foi empreendida aos professorxs nas escolas, a ponto de os projetos de Lei apresentarem uma proposta de criação de canais de denúncia contra professorxs que não cumprirem suas orientações.

Contudo, muitas escolas não se deixam aprisionar pelas lógicas desses movimentos conservadores, tecendo táticas de resistências a elas. Nesse sentido, fazem uso de outras práticas curriculares cotidianas de valorização das meninas e jovens, bem como produzem discussões sobre os gêneros, contribuindo assim para a defesa da democracia e para a tessitura de uma cultura não patriarcal. É sobre uma dessas práticas que narraremos a seguir.

3 Práticas curriculares de valorização das meninas: trabalhando o gênero na escola

O campo do currículo está relacionado com as práticas tecidas nos/dos/com os cotidianos das escolas. Os currículos fazem parte de processos

de criação e recriação dxs *praticantespensantes*⁵ (OLIVEIRA, 2012) que habitam as instituições escolares e são sempre provisórios, pois, conforme Oliveira (2012), esses processos se originam a partir de conhecimentos formais e informais tecidos em vários *espaçostempos* sociais, servindo de base aos saberes que estão presentes nas práticas curriculares.

Dessa forma, compreendemos os currículos como criação cotidiana dxs *praticantespensantes* das escolas e

mais do que isso, como contribuições da escola à tessitura da emancipação social democratizante tal como defendida por Boaventura de Sousa Santos (1995; 2000; 2004; 2006; 2010). Alerto o leitor, desde já, de que o trabalho com a noção de praticantes exige compreender prática e teoria como instâncias complementares e indissociáveis do *fazerpensar* dos sujeitos das escolas e que se interpenetram permanentemente, não devendo ser percebidas como elementos dissociáveis de uma realidade ou reflexão qualquer. (OLIVEIRA, 2012, p. 6).

Neste sentido, as ações desenvolvidas pelxs *praticantespensantes* são importantes para as escolas em que estão inseridxs, já que essas se dão através de redes reais nas quais o uso de táticas modifica as regras e as relações de poder instituído.

As maneiras de fazer, estilos de ação dos sujeitos reais, obedecem a outras regras que não aquelas da produção e do consumo oficiais, criam um jogo mediante a estratificação de funcionamento “*diferentes e interferentes*”, dando origem a novas “*maneiras de utilizar*” a ordem imposta. Para além do consumo puro e simples, os praticantes desenvolvem ações, fabricam formas alternativas de uso, tornando-se produtores/autores, disseminando alternativas, manipulando, ao seu modo, os produtos e regras, mesmo que de modo invisível e marginal (OLIVEIRA, 2008, p. 56).

⁵ A escrita das palavras juntas é uma opção teórica e epistemológica das pesquisas nos/dos/com os cotidianos para enfatizar a indissociabilidade entre alguns termos tradicionalmente opostos ou diferenciados. Importante também salientar que esta grafia não se trata de um recurso estético e está embasada na argumentação de que vivemos e atuamos em redes nas quais diversos aspectos não se opõem ou anulam, ao contrário, se enredam uns aos outros os tornando indissociáveis.

Podemos inferir, assim, que *xs* sujeitxs reais, *xs* sujeitxs comuns, ao serem *produtorxsautorxs* de suas ações, são *produtorxsautorxs* dos currículos escolares que estão demarcados pelas redes de relações nas quais todos *xs praticantespensantes* estão inseridos e tecem muitas vezes táticas e estratégias para desenvolver suas práticas.

Segundo Certeau (2001, p. 47), essas táticas são gestadas em “maneiras de fazer” que se constituem em:

[...] vitórias do “fraco” sobre o mais “forte” (os poderosos, a doença, a violência das coisas ou de uma ordem, etc.), pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias de “caçadores”, [...] simulações polimorfas, achados que provocam euforia, tanto poéticos quanto bélicos. [...] Essas táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula.

Como diz Oliveira (2008), as tessituras das práticas sociais se dão a partir de redes onde estão presentes os usos e táticas *dxs praticantespensantes* que implantam na estrutura social suas aprendizagens e criatividade. Essas são plurais e modificadoras das regras, redefinindo as relações entre o poder instituído e a vida cotidiana, supostamente a ele submetida.

Dessa forma, as práticas conservadoras propostas pelo ESP por serem autoritárias não ganham muitos adeptos nos/dos/com os cotidianos de muitas escolas, pois supostamente são efetivadas pelxs *praticantespensantes* da vida cotidiana, cujos objetivos, fontes epistemológicas, modos de fazer, necessidades e possibilidades conduzem suas ações e não às orientações conservadoras e autoritárias, resistindo, portanto, a elas (OLIVEIRA, 2009).

Segundo Foucault (2009) a resistência pode ser compreendida como uma forma de reação aos diferentes tipos de poder que se encontram tentando atuar sobre uma instituição, ou, melhor dizendo, como uma forma de enfrentamento a partir do desenvolvimento de estratégias às diferentes formas de poder. Nesse sentido, podemos destacar o movimento que vem sendo feito por algumas escolas desde que o ESP começou a tentar impedir, a partir do desenvolvimento de projetos de leis, o debate sobre gêneros nesses espaços.

As instituições vêm reagindo e enfrentando tais discussões, ou seja, nunca se debateu tanto sobre as questões de gêneros nas escolas. Assim, podemos dizer que as estratégias são formas de lutas e possuem como principal objetivo:

[...] não o de atacar esta ou aquela instituição de poder, ou grupo, ou classe ou elite, mas sim uma técnica particular, uma forma de poder. Esta forma de poder exerce-se sobre a vida cotidiana imediata, que classifica os indivíduos em categorias, os designa pela sua individualidade própria, liga-os à sua identidade, impõe-lhes uma lei de verdade que é necessário reconhecer e que os outros devem reconhecer neles. É uma forma de poder que transforma os indivíduos em sujeitos. Há dois sentidos para a palavra "sujeito": sujeito submetido a outro pelo controle e a dependência e sujeito ligado à sua própria identidade pela consciência ou pelo conhecimento de si. Nos dois casos a palavra sugere uma forma de poder que subjuga e submete. De uma forma geral, pode-se dizer que há três tipos de lutas: a) aquelas que se opõem às formas de dominação (étnicas, sociais e religiosas); b) aquelas que denunciam as formas de exploração que separam o indivíduo daquilo que produz; c) e aquelas que combatem tudo o que liga o indivíduo a ele mesmo e asseguram assim a submissão aos outros (lutas contra a sujeição, contra as diversas formas de subjetividade e de submissão). (FOUCAULT, 2009, p. 5).

Os projetos, palestras, debates e iniciativas sobre as questões de gêneros que vêm ocorrendo nos/dos/com os cotidianos de muitas escolas, têm possibilitado estratégias de enfrentamento necessárias aos tempos conservadores atuais. Elegemos como exemplo dessa argumentação uma experiência por nós vivenciada no ano de 2018, em uma escola pública da fundação municipal de educação de Niterói. Na ocasião fomos chamados para desenvolver a partir das pesquisas que realizamos um projeto de valorização das meninas e jovens, pois esse grupo estava sendo vítima de discursos e práticas discriminatórias por parte dos meninos e dos jovens.

A ação foi feita nos anos iniciais do ensino fundamental, com duas turmas do quarto ano e uma do quinto ano, contando com mais ou menos 50 crianças, entre meninas e meninos, sete professoras, um professor de inglês e uma pedagoga. Nosso objetivo foi valorizar a figura da mulher ao longo da

história para que as meninas se sentissem mais empoderadas⁶ e os meninos as respeitassem mais.

Intitulamos a atividade de “Trabalhando o gênero na escola: mulheres importantes para a história”. Fizemos uma fala inicial enfatizando que a mulher pode fazer e ser o que/quem ela quiser sem precisar da autorização de ninguém, principalmente de um homem. Contudo, enfatizamos que essa autonomia havia sido fruto das conquistas das mulheres, pois elas lutaram muito para isso, uma vez que, em outros tempos históricos, muitas vezes, não podiam fazer e nem ser o que queriam, muitas delas atendiam aos desejos e ordens de seus pais e maridos. Em seguida, fizemos uma exposição em PowerPoint apresentando quatro mulheres que lutaram contra a dominação dos homens, que se destacaram e contribuíram para a história da humanidade, foram elas: Frida Kahlo, Marie Curie, Maria Quitéria e Marta Vieira da Silva.

Escolhemos como metodologia apresentar a imagem e relatar a biografia de cada uma dessas mulheres, pois, como diz Carino (1999), a biografia possui uma instrumentalidade educativa, pois possibilita a compreensão do mundo e dos indivíduos que os habita.

A importância da biografia pode ser suficientemente demonstrada. Sua impressionante resistência ao longo dos séculos, como gênero literário e como fonte historiográfica, é prova disso. Sua adaptabilidade aos momentos históricos demonstra sua utilidade como instrumento de compreensão do mundo humano e dos seres que os integram - os indivíduos. (CARINO, 1999, p. 177 - 178).

⁶ A palavra empoderamento é uma tradução do termo em inglês “empowerment”. Na década de 70 começou a ser usado pelos grupos de mulheres e significa o processo pelo qual as mulheres ganham poder interior para expressar e defender seus direitos, ampliar sua autoconfiança, fortalecer sua própria identidade, melhorar sua autoestima e, sobretudo, exercer controle sobre suas relações pessoais e sociais. Para as feministas o empoderamento compreende a alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinada das mulheres como gênero. As mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais. (Ana Alice Costa - Gênero, poder e empoderamento das mulheres). Disponível em <http://www.adolescencia.org.br/site-pt-br/empoderamento>. Acesso em 10/04/2019.

Apostamos por trabalhar com biografias de mulheres, pois entendemos que seria uma forma de auxiliar as meninas a compreenderem mais concretamente a importância do feminino na sociedade. A partir da história de outras mulheres elas puderam experimentar conceitos importantes, como a compreensão de que não podem ser tratadas como propriedade, de que não cabe a elas a inferioridade ou mesmo a violência. O uso dessas biografias possibilitou também aos meninos o entendimento de que as mulheres fazem parte da sociedade e ajudaram a construí-la, tendo a mesma importância deles. Entenderam que ninguém é superior a ninguém.

A aposta é a possibilidade da tessitura de um mundo melhor. Santos (2010) diz que a aposta que fazemos hoje em dia, para lidarmos com a incerteza do tempo presente, é a de um mundo melhor, diferentemente da aposta de Pascal⁷ que era na existência de Deus e, conseqüentemente, na salvação eterna.

A aposta é a metáfora da construção precária, mas minimamente credível, da possibilidade de um mundo melhor, ou seja, a possibilidade de emancipação social, sem a qual a rejeição da injustiça do mundo atual e o inconformismo perante ela não fazem sentido. A aposta é a metáfora da transformação social num mundo em que as razões e visões negativas (o que se rejeita) são muito mais convincentes do que as razões positivas (a identificação do que se quer e como lá chegar). (SANTOS, 2010, p. 551).

Na continuidade de seu pensamento, o autor defende que x apostadorx de nosso tempo são as classes ou grupos sociais excluídxs, discriminadxs, e que, portanto, são alvos de opressão, assim como seus aliados. Xs opressorxs e xs que se beneficiam dessas práticas não apostam na possibilidade de um mundo melhor, pois acreditam que o mundo em que vivem atualmente é o mais perfeito possível e, assim, não têm em que apostar.

Podemos sinalizar que o movimento que fizemos com essa atividade foi o de apostar no futuro, ou seja, num mundo melhor para todas as mulheres,

⁷Blaise Pascal, nasceu em 1623 e faleceu em 1662. Foi um [físico](#), [matemático](#), [filósofo](#), [moralista](#) e [teólogo francês](#).

onde o feminicídio e outros tipos de violência não ocorram mais; esse foi o movimento de quem investe numa pedagogia da aposta que luta pela emancipação social⁸ aqui e agora.

A radical incerteza do futuro melhor e os riscos inerentes à luta por ele levam a privilegiar as ações que incidam no cotidiano e se traduzem em melhorias aqui e agora na vida dos oprimidos e excluídos. Por outras palavras, a aposta privilegia a *actio in proximis*. Esse tipo de ação reforça, pelo seu êxito, a vontade da aposta e satisfaz o sentimento de urgência da transformação do mundo que referi acima, o sentimento de que é preciso atuar já sob pena de mais tarde ser demasiado tarde. [...] As transformações do cotidiano só ratificam a aposta na medida em que também são sinais da possibilidade da emancipação social. Para isso, devem ser radicalizadas e, ao serem-no com êxito, respondem ao sentimento de necessidade de mudança civilizacional para que um outro mundo melhor seja possível. A radicalização consiste na busca dos aspectos subversivos e criativos do cotidiano e que podem ocorrer na mais básica luta pela sobrevivência. [...] Através da aposta torna-se possível juntar cotidiano e utopia sem, no entanto, os dissolver um no outro. A utopia é o que falta ao cotidiano para nos dispensar de pensar na utopia (SANTOS, 2010, p. 553-554).

É importante mencionar mais uma vez que tal atividade foi desenvolvida porque *xs praticantespensantes* da escola sentiram a necessidade de resistir ao pensamento conservador que tenta terminar com o trabalho de gêneros nas instituições escolares. Para isso, apostaram num projeto que modificasse as maneiras pelas quais as jovens e as meninas estavam sendo tratadas pelos jovens e meninos e, assim, criaram e recriam cotidianamente outros currículos investindo na emancipação social democratizante.

Esses dias uma das professoras da escola nos mostrou um dos desenhos feitos por um dos meninos que participou da atividade mencionada neste artigo. Segundo a educadora, uma das meninas, que também participou dessa ação, disse a ela com o desenho na mão: *Tia, olha o desenho que Pedro⁹ fez pra me*

⁸ A emancipação social será conseguida se e quando *xs* diferentes pessoas estiverem incluídas em condições de igualdade/diferença nos processos sociais. É a inclusão igualitária das pessoas que permite que a sociedade se emancipe, considerando que quanto maior for a emancipação, maior será a democracia (SANTOS, 2006).

⁹ Nome fictício. O desenho era uma menina jogando futebol.

mostrar que toda menina pode fazer e ser o que quiser. Mas eu já sei disso, né?

A fala da aluna dá pistas (GINZBURG, 1989) de algumas questões: a primeira diz respeito a como *xs praticantespensantes* das escolas são produtores/autores de suas ações, criam e recriam cotidianamente outros currículos. Estxs não se deixam aprisionar por lógicas conservadoras presentes atualmente na sociedade brasileira que pretendem engessar as práticas dxs professorxs. Elxs tecem diferentes táticas e estratégias para enfrentar e desenvolver suas práticas.

A segunda pista permite perceber como a pedagogia da aposta tecida na escola foi importante para que as diferenças de gêneros pudessem ser respeitadas, no qual as alunas não fossem discriminadas pelos seus comportamentos, gostos, interesses ou habilidades e, ao contrário, foram respeitadas por isso. Afinal, como disse a aluna: *Tia, olha o desenho que Pedro fez pra me mostrar que toda menina pode fazer e ser o que quiser. Mas eu já sei disso, né?*

Concluindo por enquanto

Diante do cenário apresentado concordamos com Alves (2015) de que nos/dos/com os cotidianos das escolas são tecidos processos permanentes de criação curricular de conhecimentos e significados. Portanto, *xs praticantespensantes* que participaram da atividade mencionada puderam desenvolver outros conhecimentos e significantes em relação ao papel e a importância da mulher.

Fazendo uma possível leitura em relação ao projeto desenvolvido na Escola pertencente à Fundação Municipal de Educação em Niterói, percebemos este como uma prática democrática, de caráter emancipatório, e também como uma aposta por um mundo melhor, por uma sociedade mais justa, na qual mulheres, jovens e meninas não sejam discriminadas por seus comportamentos, gostos e habilidades. Afinal, como afirma Santos (2010), a

emancipação social é todo ato que tem como alvo desnaturalizar a opressão que se pratica contra alguém ou contra algum grupo social.

Em nossa maneira de lutar por e apostar na construção de um mundo melhor, consideramos que nos/dos/com os cotidianos das escolas, práticas de valorização podem ser desenvolvidas, no sentido do respeito à diferença, entendida como constituinte das pessoas, minimizando ou mesmo fazendo desaparecer atitudes preconceituosas contra as jovens e as meninas.

Algumas dessas alunxs, ao participarem dessa prática emancipatória, talvez tenham tecido aprendizagens potencialmente democráticas de aceitação da diferença, o que possivelmente xs levará a ter uma ação no mundo de não discriminação, o que pode ser entendido como sinal de transformações mais amplas. Talvez a argumentação que fazemos possa ser vista como utopia, mas o que é viver sem ter a utopia de vida, sem ter uma utopia pela qual lutar?

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda. Currículos e pesquisas com os cotidianos. In: GARCIA, Alexandra; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Nilda Alves: praticantepensantedo cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

AMARO, Ivan. Discutir (Ainda Mais) Gênero e Sexualidades na Escola: por uma pedagogia da pergunta nos/dos/com os cotidianos escolares. In: SEPULVEDA, Denize; AMARO, Ivan. **Gêneros, Sexualidades e Educação na Ordem do Dia**. Curitiba: CRV, 2018.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe & BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BOND, Letycia. Número de assassinatos de mulheres no Brasil em 2019 preocupa CIDH. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos->

humanos/noticia/2019-02/numero-de-assassinatos-de-mulheres-no-brasil-em-2019-preocupa-cidh. Acesso em 01/04/2019.

CARINO, Jonaedson. A biografia e sua instrumentalidade educativa. In: **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 67, agosto, 1999.

CARTA CAPITAL. Bolsonaro em 25 frases polêmicas. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em 2 de abril de 2019.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

COSTA, Ana Alice. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. Disponível em <http://www.adolescencia.org.br/site-pt-br/empoderamento>. Acesso em 10 de abril de 2019.

CUEVA, Agustín. **Tempos conservadores**. São Paulo: Hucitec, 1989.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos: estratégia – poder e saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.vol. 4.

FOUCAULT, Michel. Dois ensaios sobre o sujeito e o poder. [S.l.: s.n.], 2009. Disponível em: <<http://filoesco.unb.br/foucault/sujeitopoder.pdf>>. Acesso em: 05abr. 2012.

FURLANI, Jimena. Existe ideologia de gênero? Entrevista publicada pela Agência Pública em 30/08/2016. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho-2/existe-ideologia-de-genero-entrevista-com-doutora-em-educacao-jimena-furlani/>. Acesso em: 02/04/2019.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2000.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. Texto Original: MANNHEIM, Karl. **Essays on Sociology and Social Psychology** (cap. II: “Conservative Thought”). Routledge and Kegan Paul Ltd.: Londres, 1959, pp. 74-119. Tradução de Sylvia Lyra.

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In: MIGUEL, Luis Felipe & BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. Certeau e as artes de fazer: as noções de uso, tática e trajetória na pesquisa em Educação. OLIVEIRA, Inês Barbosa; ALVES, Nilda. **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas**: sobre rede de e saberes. Petrópolis, RJ: DP et Alii, 2008.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. **Democracia no cotidiano da escola**. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: CNPq, 2009.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. **O Currículo como criação cotidiana**. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2019.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista: Brasil 1890 - 1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

REIS, Mariana Silva Jardim. Políticas educacionais para as relações de gênero: uma análise sobre o município do Rio de Janeiro. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um ocidente não ocidentalista? A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortes, 2013.

SEPULVEDA, Denize. Emancipação social e exclusão no cotidiano escolar: a homofobia e sua influência nas tessituras indenitárias. **Tese de doutorado em Educação**. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SEPULVEDA, Denize; SEPULVEDA, José Antonio. Conservadorismo, gêneros e sexualidades: temáticas que se entrelaçam nas pesquisas do GESDI e do GEPCEB. In: SEPULVEDA, Denize; AMARO, Ivan. **Gêneros, sexualidades e educação na ordem do dia**. Curitiba: CRV, 2018.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.